

**CEDI**

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Diário do Estado

Class.: 202

Data: 02/10/84

Pg.: \_\_\_\_\_



## Índios: sem posse da terra não há estrada

**POSTO INDÍGENA DE SANTA ISABEL** — Um decreto assinado pelo presidente João Figueiredo, que garanta a posse e o uso das terras ocupadas pelas sete tribos que habitam a Ilha do Bananal, incluindo a reserva ecológica da Mata do Mamão, foi a questão imposta ontem pelos caciques indígenas da região do Araguaia, ao presidente da Funai, Nelson Marabuto, para construção da rodovia Transaraguaia.

Depois de acalorados debates intermediados pelo deputado Mário Juruna, os líderes das comunidades indígenas, empresários e dirigentes da Fundação Nacional do Índio concluíram que a construção da estrada que atravessará a Ilha do Bananal, permitindo a exploração comercial de diversas atividades, em especial a jazida da Serra da Confusão — uma das mais prolíferas do mundo, com 11 milhões de toneladas de calcário a descoberto — só poderá se efetivar, sem prejuízo das partes, com a urgente delimitação das áreas indígenas da região do Araguaia. Nelson Marabuto retornou a Brasília deixando com os índios a promessa de se empenhar junto aos ministros do Interior e da Agricultura, para a efetivação da proposta, declarando-se confiante de que tanto estes como o presidente da República não desmerecerão a confiança neles depositada.

A Transaraguaia, que depois de concluída permitirá a formação de uma malha rodoviária que se estenderá do Estado da Bahia ao Acre, atravessando a rodovia 364, recentemente inaugurada pelo presidente Figueiredo, somente não está pronta no trecho que atravessa os municípios de Santa Terezinha, Cristalândia e Luciara (antigo Pato Verde), no Estado de Goiás, pelo fato de nesta região estar inserida uma reserva ecológica do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, chamada Mata do Mamão, com aproximadamente cem mil hectares, cuja área, segundo os ecologistas, é composta de densa vegetação com inúmeras espécies de plantas raras e animais em fase de extinção.

Os índios e empresários aguardam é a redivisão dessa vasta área, que abriga reservas do IBDF, uma população de aproximadamente três mil silvícolas, além de alguns projetos empresariais de médio e grande portes, de iniciativa particular. Segundo o presidente da Funai, embora o Estatuto da Terra, instituído há quase dez anos tivesse estabelecido como prazo o ano de 1978 para a regularização de todas as reservas, das 366 existentes em todo o País, na verdade, apenas 14, até hoje, apresentam caráter regular. Ou seja, menos de 5% do total preconizado. Porém, com a criação de um grupo formado por órgãos como o Conselho de Segurança Nacional, Ministério Extraordinário de Recursos Fundiários, Incra e Funai, através do decreto 33.118/83 esta atividade se tornará bem mais fácil — segundo Nelson Marabuto.

A inclusão da Mata do Mamão na reserva indígena da Funai, na opinião de Marabuto, não contraria os interesses do IBDF de preservação da fauna e da flora, uma vez que "Índio não destrói o que foi criado pela natureza". Dentro desse princípio, ele acha possível conciliar a atuação tanto do IBDF como da Funai: um interessado na preservação ecológica, e o outro na sobrevivência do silvícola.

### Koximin

Para Daniel Koximin, indígena confirmado ontem no cargo de administrador da reserva da Ilha do Bananal pelo presidente da Funai, "o que interessa basicamente é criar uma infra-estrutura que permita a melhora de condições de vida do Índio que habita a região". Entre essas comunidades indígenas, três tribos já desenvolvem atividades agrícolas e pe-

cuárias: os Karajás, Tapis Rapés e Javafs, com cerca de seis mil cabeças de gado.

O deputado Mário Juruna, eleito pelo PDT do Rio de Janeiro, apresentou-se aos líderes indígenas "não como presidente da comissão do índio da Câmara, mas como um índio muito igual a vocês. Vamos resolver, aqui e agora, sem a presença da televisão, o nosso problema", disse o deputado, assinalando: "A gente não pode ser sacrificado sempre, portanto, quem vai decidir a construção da estrada aqui são vocês".

Os caciques e capitães das tribos travaram, a partir daí, intenso debate, ora em idioma português outras vezes em suas próprias línguas, fato que em determinados momentos chegou a causar constrangimento entre empresários e dirigentes da FUNAI.

Enquanto o cacique Djirari (Karajá) manifestava sua desilusão pelas promessas feitas e não cumpridas pela administração superior da FUNAI, o capitão Karlo afirmava que os índios não estão mais desunidos, admitindo, entretanto, a permissão para construção da estrada "desde que ela não venha nos prejudicar".

Marabuto, que pela primeira vez na qualidade de presidente da FUNAI participava de uma reunião com comunidades indígenas em seu habitat, procurou contemporizar, enfatizando que ali estava "para ouvir, e a partir do que vocês disserem e decidirem, colocar em prática uma efetiva ajuda às comunidades indígenas". O vice-presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, José Augusto Medeiros, enquanto isso, buscava argumentos capazes de demover os índios quanto à proibição de abertura da estrada, argumentando que a Transaraguaia "é de alto interesse nacional, devendo beneficiar dezenas de milhares de pessoas que habitam, trabalham e produzem na região Nordeste do Estado de Mato Grosso", garantindo que a estrada "não deverá constituir-se em fator de perturbação ecológica ou da vida das comunidades indígenas, uma vez que, medidas preventivas, neste sentido, deverão ser adotadas".

### Consenso

Embora muitos outros participantes dessa assembleia tivessem feito uso da palavra para defender suas idéias, o consenso somente foi alcançado entre as partes conflitantes com o uso da palavra do índio Idjarruri, membro da tribo Karajá, com 22 anos de idade, com a sexta série do primeiro grau educacional, que, levantando-se, disse não ser contrário à construção da estrada, desde que esta não seja iniciada exatamente agora, mas somente no ano que vem. Com impecável domínio do idioma português, Idjarruri declarou que os índios precisam neste momento da delimitação das terras, "terras dos nossos avós, que queremos deixar para os nossos filhos. Nós precisamos do decreto presidencial garantindo a posse das nossas terras. Estamos cansados de conversas, reuniões, viagens que nada resolvem, quando nossas terras continuam sendo invadidas e ocupadas".

— Eu não sou contra o progresso, desde que tenhamos as chances mínimas dele participar, sem o risco de por ele sermos cultural e até fisicamente dizimados.

Como argumento final, o jovem Idjarruri disse que as lideranças indígenas não estão preocupadas com a eleição presidencial, "pois nosso compromisso é apenas com a garantia de preservação das nossas terras, das nossas comunidades".

— Nós não queremos dinheiro, porque o índio não se vende, não pleiteamos cargos públicos porque reconhecemos nossas limitações circunstanciais, o que exigimos, isso sim, é o respeito devido a todo ser humano".